

ACM adverte seus julgadores

de 34

CARMEN KOZAK E

HELAYNE BOAVENTURA

BRASÍLIA — O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) advertiu ontem que juristas que o apóiam podem colocar o Conselho de Ética do Senado sob suspeição, porque alguns de seus integrantes estão anunciando antecipadamente o seu julgamento. “Não é meu desejo levantar a suspeição, mas algum jurista poderá contestar os senadores que estiverem fazendo prejulgamento, pois os integrantes do conselho são juízes e não políticos”, disse ACM, muito abatido e irritado com a repercussão negativa da acareação.

O ex-presidente do Senado disse que confia em um “julgamento justo” e avisou que não aceita ser punido com cassação ou com uma suspensão de um ano, como têm cogitado senadores que tentam amenizar a crise. “Não contemplo a idéia dessa punição, que considero exagerada e absurda. Se for feita Justiça, não serei punido. Não mereço qualquer punição.”

ACM e dirigentes do PFL já deram início às articulações para trocar por uma suspensão temporária a tendência de cassação. Boa parte do PFL trabalha com o afastamento por seis meses. Para isso, será mantida a trégua com o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). “Não é trégua, mas acho que tratar desse assunto agora complica muito mais a situação do Senado. Se houve um tratamento exagerado no passado, não vejo porque não baixar o tom que mereceu tantas críticas de vocês”, disse ACM, apontando para os jornalistas.

O senador elogiou a decisão do relator do Conselho de Ética, senador Saturnino Braga (PSB-RJ), de pedir mais prazo para a apresentação de seu relatório. “O adiamento é um ato de justiça, mostra que ele quer ter tempo para fazer um juízo exato”, disse. Embora há um ano tenha sido o principal articulador do célere processo de cassação do senador Luiz Estevão, ACM entende que os trabalhos do Conselho têm de respeitar o prazo necessário para as investigações.

Antonio Carlos Magalhães condenou a proposta do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) de que o voto no conselho seja aberto. “Para o voto ser aberto tem que mudar a Constituição.” Ney Suassuna já admite voltar atrás. O cacique pefelista continua descartando a possibilidade de renunciar ao seu mandato para fugir de uma possível cassação, apesar de a hipótese não ser completamente afastada por aliados e dirigentes de seu partido. “Não vou renunciar ao que o povo baiano me conferiu, o mesmo povo que está do meu lado e faz com que possa voltar senador ou governador”, irritou-se.

O empenho de ACM em ser diplomático não foi suficiente para impedir que ele dispensasse a conhecida verborragia ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao senador Pedro Simon (PMDB-RS). Antonio Carlos Magalhães não gostou nada de saber que o presidente teria avaliado que apenas Regina Célia Peres Borges, ex-diretora do Prodasen, falou a verdade na acareação no Conselho de Ética. “Se o presidente falou isso, só posso dizer que é no mínimo contraditório, porque ele mesmo proibiu os ministros de falar do assunto.”

Pedro Simon, que não integra o Conselho de Ética, mas tem sido um defensor ostensivo da cassação de Aruda e de ACM, foi chamado de “histriônico” pelo ex-presidente do Senado. “Eu e o Simon nunca nos demos bem. Ele acha que a questão do painel é muito mais grave do que a corrupção, enquanto eu acho o roubo muito mais grave, até porque não levo comigo nenhum complexo de roubalheira.”

Na quinta-feira à noite, antes mesmo do fim da acareação, ACM e seus aliados já tinham a avaliação de que a repercussão na imprensa seria negativa. Irritado com o que chama de “linchamento da imprensa”, o senador baiano decidiu ficar em Brasília até o fim da tarde de ontem. “A mídia e alguns políticos que não me perdoam por conta das denúncias que fiz querem contaminar o público para que tomem uma decisão errada contra um senador decente como eu”, reclamou.